

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. A elaboração do presente Termo de Referência atende ao que dispõe o inciso XXIII, Art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. Os elementos que compõem o presente Termo de Referência, contemplam os requisitos estabelecidos no Art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 81 de 25 de novembro de 2022.

1.3. Visa ainda, garantir aos interessados, a clareza necessária à compreensão do objeto a ser contratado. No mesmo sentido, subsidiar com elementos suficientes à formulação e julgamento objetivo das propostas.

### 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

2.2. Para a consecução dos objetivos, a totalidade do objeto contempla:

- a) Sistema de Prontuário Eletrônico;
- b) Sistema de Monitoramento e análise do banco de dados do Prontuário Eletrônico;
- c) solução de informatização das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;
- d) implantação das soluções;
- e) Treinamento dos profissionais envolvidos;
- f) Manutenção e suporte aos sistemas; e,
- g) Sistema de Informação Hospitalar customizado.

2.3. O objeto descrito neste instrumento, é de natureza comum, em conformidade com a conceituação dada no inc. XIII do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Considerando o disposto no Art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de duração do contrato, observará a disponibilidade dos créditos orçamentários do exercício financeiro, no qual tenha sido firmado.

2.5. Os itens que compõem o objeto de que trata este referencial, deverão atender as seguintes especificações:

LOTE ÚNICO	
ITEM	SERVIÇO
ITEM 01	<b>Estabelecimentos de Saúde Conectados</b>
Descrição	Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
ITEM 02	<b>Armazenamento de dados em servidor em nuvem</b>
Descrição	Compreende serviço de armazenamento de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS) em servidor em nuvem, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
ITEM 03	<b>Estação de Trabalho Conectada</b>

<b>Descrição</b>	Compreende equipamentos de hardware em comodato, incluindo monitor, teclado e mouse, conectados ao servidor e à internet, com licença de uso e/ou acesso aos sistemas de informação das Unidades de Saúde, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 04</b>	<b>Painel de Chamada</b>
<b>Descrição</b>	Compreende software e hardware (TV e equipamentos para retirada de senhas) para chamada eletrônica do público nas Unidades de Saúde, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 05</b>	<b>Serviço de Impressão Laser Monocromática</b>
<b>Descrição</b>	Compreende impressora laser conectada, ao servidor local, em comodato, com franquia de 500 páginas impressas por mês (exceto fornecimento de papel), manutenção e suporte, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.
<b>ITEM 06</b>	<b>Suporte ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS) e SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR</b>
<b>Descrição</b>	Compreende suporte técnico às equipes de saúde para uso do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS) e SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 07</b>	<b>Sistema de Monitoramento e análise de banco de dados PEC-MS e Sistema de Gestão Hospitalar</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o fornecimento de licença de uso de sistemas para monitoramento, (Business Intelligence) e análise de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS), de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 08</b>	<b>Implantação de infraestrutura tecnológica nos Estabelecimentos de Saúde</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o processo de instalação e configuração da rede local, da conectividade, dos equipamentos e dos sistemas relacionados a essa contratação nas unidades de saúde da APS, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 09</b>	<b>Capacitação dos profissionais</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o processo de capacitação dos profissionais de saúde para uso das soluções, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 10</b>	<b>Smartphone com aplicativo para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE)</b>
<b>Descrição</b>	Compreende Smartphone em comodato, com conexão wi-fi, com sistema para registro georreferenciado das ações realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate a Endemias (ACE), de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 11</b>	<b>Implantação de Solução de Gestão da Central de Regulação Municipal</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o processo de implantação da solução de Gestão da Central de Regulação (eSUS Regulação), além do treinamento dos profissionais envolvidos na operação da solução, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.
<b>ITEM 12</b>	<b>Sistema automatizado de marcação de consultas</b>
<b>Descrição</b>	Compreende licença de uso do sistema automatizado de agendamento de consultas pela população, via aplicativo de mensagens.
<b>ITEM 13</b>	<b>Sistema automatizado de extração do BPA das produções geradas pelo eSUS Ampliado, nas unidades de Média Complexidade.</b>
<b>Descrição</b>	Compreende Sistema automatizado de extração do BPA-i e BPA-c
<b>ITEM 14</b>	<b>Sistema de integração eSUS PEC / e-SUS REGULACAO</b>
<b>Descrição</b>	Compreende sistema de Automação para inclusão e análise de protocolos de encaminhamentos direto no SISREG / eSUS Regulacao, com classificação automática.
<b>ITEM 15</b>	<b>Sistema de Mineracao de Dados Estatísticos e de Análise da Producao MAC</b>
<b>Descrição</b>	Compreende sistema de Mineracao de Dados, em padrão SQL, das bases de dados do DataSus e TABWIN, para análise estatística das produções MAC como apoio à tomada de decisões.
<b>ITEM 16</b>	<b>Sistema de Gestão Farmacêutica com dispensação integrado ao eSUS PEC</b>
<b>Descrição</b>	Compreende sistema de Gestão e Estoque farmacêutico, integrado ao eSUS PEC.
<b>ITEM 17</b>	<b>Implantacao do Sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC, com capacitação aos profissionais</b>
<b>Descrição</b>	Compreende Implantação do sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar, integrado ao eSUS PEC.
<b>ITEM 18</b>	<b>Implantacao de ambiente tecnológico para uso do Sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC</b>

<b>Descrição</b>	Compreende Implantação de ambiente tecnológico para uso sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar, integrado ao eSUS PEC, com capacitação dos profissionais
------------------	---

## 2.6. RELAÇÃO DOS LOCAIS COM AS RESPECTIVAS QUANTIDADES DE EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTOS POR ESTABELECIMENTO	APS/MAC	ESTAÇÃO DE TRABALHO CONECTADA	TABLET	IMPRESSORA
UBS LAMA	APS	7	7	3
UBS LOTES	APS	7	7	3
UBS OLHO D'ÁGUA	APS	7	7	3
UBS COHAB	APS	7	5	3
UBS AGROVILA CONCEICAO	APS	7	5	3
UBS DR. JARBAS BARBOSA	APS	7	4	3
UBS PAQUEVIRA	APS	7	4	3
UBS ARMANDO MONTEIRO	APS	8	4	4
UBS PEDRA DE AMOLAR	APS	0	6	0
UBS ELDORADO	APS	0	3	0
SECRETARIA DE SAUDE	GERAL	4	0	2
<b>TOTAIS</b>		<b>61</b>	<b>52</b>	<b>27</b>

2.7. O objeto da pretensa contratação, deverá ser fornecido/entregue, nas condições e quantidades requisitadas, por agente legalmente apto a representar o(a) demandante, ou por preposto nomeado por ato legal de autoridade competente.

## 3. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade premente de modernização da infraestrutura tecnológica da Secretaria Municipal de Saúde. A transição dos processos manuais e fragmentados para um ecossistema digital integrado (e-SUS APS e Sistema de Gestão Hospitalar - SGH) é essencial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população. A ausência de uma solução informatizada robusta compromete a segurança do paciente, dificulta o acesso ao histórico clínico e gera ineficiências na gestão de recursos e insumos.

3.2. A adoção da estratégia e-SUS é uma diretriz obrigatória do Ministério da Saúde para a organização da Atenção Primária. Além disso, a contratação é estratégica para o cumprimento das metas do programa APS do Futuro. A correta alimentação dos dados e a sincronização com o SISAB são condições indispensáveis para o repasse integral de recursos federais ao Município. Portanto, a solução tecnológica atua diretamente na preservação da saúde financeira do ente municipal e no incremento da arrecadação baseada em desempenho.

3.3. A opção por uma solução que englobe software, fornecimento de hardware em modelo as-a-service e hospedagem em nuvem justifica-se pela busca da interoperabilidade plena. A fragmentação da compra (aquisição de computadores separada do licenciamento de software) historicamente resulta em falhas de compatibilidade e dificuldades na manutenção, gerando o chamado "risco de interface". Ao contratar uma solução ponta-a-ponta, a Administração garante que o fornecedor seja o único responsável pelo funcionamento do ecossistema, desde o terminal do médico até o servidor de banco de dados.

3.4. A implementação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e do sistema hospitalar integrado permite:

3.4.1. Melhor controle de filas, estoques de medicamentos e produtividade das equipes.

3.4.2. Geração de indicadores em tempo real para a tomada de decisões estratégicas por parte dos gestores de saúde.

3.4.3. Adequação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo o sigilo e a integridade dos prontuários.

3.5. Considerando o ciclo de vida do objeto, o investimento em tecnologia apresenta uma elevada relação custo-benefício. A redução de gastos com papel, a eliminação de exames duplicados e a otimização do tempo de atendimento superam os custos de implantação. Assim, a contratação revela-se a medida mais vantajosa e eficaz para converter a gestão da saúde de Rio Formoso-PE em um modelo de referência, focado na coordenação do cuidado e na eficiência administrativa.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A solução consiste na implantação, configuração e manutenção de um ecossistema tecnológico integrado voltado à modernização e informatização plena da Rede de Saúde do Município de Rio Formoso-PE.

4.2. O objeto abrange a convergência de infraestrutura tecnológica (Hardware), sistemas de informação (Software) e serviços especializados, estruturados para suportar tanto a Atenção Primária à Saúde (através do e-SUS APS/PEC) quanto as Unidades Hospitalares (através do Sistema de Gestão Hospitalar - SGH).

4.3. Componentes de Software e Integração A base lógica da solução fundamenta-se na disponibilização de plataformas integradas que permitam:

4.3.1. Gestão da Atenção Básica: Utilização do e-SUS PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão) como plataforma central para o acompanhamento clínico e administrativo nas Unidades Básicas de Saúde (UBS);

4.3.2. Gestão Hospitalar (SGH): Implementação de sistema para controle de fluxos hospitalares, urgência e emergência, integrado aos demais pontos da rede;

4.3.3. Interoperabilidade e Automação: Integração com sistemas satélites de regulação, monitoramento, gestão farmacêutica e avaliação de indicadores, garantindo a sincronização de dados em tempo real e o atendimento aos requisitos de faturamento e monitoramento do Ministério da Saúde.

4.4. Para a viabilização dos sistemas, a solução compreende o fornecimento e a manutenção dos seguintes recursos físicos e lógicos:

4.4.1. Computadores configurados e prontos para uso nas unidades de saúde, garantindo a interface dos profissionais com os sistemas;

4.4.2. Disponibilização de impressoras laser monocromáticas para suporte aos fluxos assistenciais (receituários, requisições e prontuários);

4.4.3. Implantação de Painéis de Chamada de Senhas para organização da demanda espontânea e agendada nas recepções;

4.4.4. Armazenamento de dados em servidores remotos de alta disponibilidade, garantindo a segurança das informações de saúde, backups automatizados e acesso

remoto seguro, dispensando a necessidade de servidores físicos locais de grande porte.

4.5. A solução não se limita à entrega de bens, incluindo obrigatoriamente:

4.5.1. Infraestrutura de Rede: Conectividade necessária para que os estabelecimentos de saúde operem de forma integrada;

4.5.2. Manutenção Preventiva e Corretiva: Suporte técnico contínuo para todos os itens de hardware e software inclusos na solução, assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde;

4.5.3. Treinamento e Capacitação: Programas de treinamento para as equipes técnicas e assistenciais, visando a correta utilização das ferramentas e o fortalecimento da cultura de dados na gestão municipal.

4.6. A solução como um todo objetiva a eliminação do prontuário físico (papel), a otimização dos recursos financeiros através do acompanhamento de indicadores do Programa APS do Futuro (financiamento baseado em desempenho) e a melhoria da qualidade do cuidado prestado ao cidadão, permitindo que a Secretaria Municipal de Saúde disponha de transparência e inteligência na tomada de decisão.

4.7. A tabela abaixo, apresenta o levantamento da demanda:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QTD MENSAL
1	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	10
2	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	1
3	<b>Estação de Trabalho Conectada</b> – Compreende equipamentos notebook em comodato, incluindo mouse, conectados ao servidor e à internet, com licença de uso e/ou acesso aos sistemas das Unidades de Saúde.	SERVIÇO	70
4	<b>Painel de Chamada</b> – Compreende software e hardware (TV e equipamentos) para chamada eletrônica do público nas Unidades de Saúde	UNIDADE	10
5	<b>Comodato de impressoras</b> – Serviço de Impressão multifuncional monocromática.	UNIDADE	30
6	<b>Suporte ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS)</b> – Compreende suporte técnico às equipes de saúde para uso do Prontuário Eletrônico na APS e na MAC	SERVIÇO	10
7	<b>Sistema de Monitoramento e análise de banco de dados PEC-MS</b> – Compreende o fornecimento de licença de uso de 8 sistemas para monitoramento, (Business Intelligence) e análise de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS e MAC)	SERVIÇO	10
8	<b>Implantação de Infraestrutura Tecnológica nos Estabelecimentos de Saúde</b>	SERVIÇO (ÚNICO)	10
9	<b>Capacitação de equipes de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) E MAC</b> – Compreende o processo de capacitação dos profissionais das equipes de saúde da APS/MAC para uso das soluções.	SERVIÇO (ÚNICO)	10
10	<b>Tablets</b> com aplicativo para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) – Compreende tablet em comodato, com conexão wi-fi, com aplicativo eSUS AB Território para registro georreferenciado das ações realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).	UNIDADE	52
11	<b>Implantação e Suporte Continuado da CENTRAL DE REGULACAO MUNICIPAL</b> , integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1
12	Sistema Automatizado de Marcação/Agendamento de Consultas na APS via Aplicativo de Mensagens com alerta e avisos.	SERVIÇO	10



13	Sistema de Extração Automatizada de BPA-i, BPA-c e RASS, das produções da Média Complexidade.	SERVIÇO	1
14	Sistema de Integração eSUS PEC / SISREG / ESUS REGULACAO, para agendamento automatizado dos encaminhamentos APS/MAC	SERVIÇO	1
15	Sistema de Mineração de Dados das <b>PRODUÇÕES MAC</b> , através de dados obtidos pelo <b>TABWIN/ DATASUS</b>	SERVIÇO	1
16	Sistema de Dispensação Farmacêutica integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1
17	Sistema de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1
18	Implantação da infraestrutura para uso do sistema Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO (ÚNICO)	1

4.8. O objeto desta contratação não se enquadra nas vedações, previstas no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

4.9. O objeto deverá ser fornecido nos prazos e condições estabelecidos, bem como, em conformidade com os aspectos qualitativos, estabelecidos no edital e anexos.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. São Requisitos Gerais:

5.1.1. A solução deve contemplar a implantação, configuração e manutenção de um sistema integrado de gestão em saúde, baseado no e-SUS PEC para a Atenção Primária e em um Sistema de Gestão Hospitalar (SGH) para as unidades de urgência, emergência e internação;

5.1.2. A contratada deve assegurar a integração total com sistemas periféricos de automação, avaliação e controle de indicadores.

5.1.3. O prazo inicial de execução é de 12 meses, passível de renovação conforme a legislação vigente.

### 5.2. Requisitos Técnicos de Software e Interoperabilidade:

5.2.1. O software principal deve suportar integralmente o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS), permitindo o registro individualizado de atendimentos via CPF ou CNS;

5.2.2. Implementação de sistema para controle de fluxos hospitalares, gestão de internações e regulação municipal.

5.2.3. A solução deve garantir o fluxo contínuo de dados com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), SISAB, SISREG e outros sistemas nacionais do Ministério da Saúde.

5.2.4. Fornecimento de ferramentas para extração automática do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), mineração de dados estatísticos e análise de produção MAC.

5.2.5. Disponibilização de aplicativos para coleta de dados em campo pelos Agentes Comunitários de Saúde (e-SUS Território) e Agentes de Combate às Endemias.

### 5.3. Requisitos de Infraestrutura, Hardware e Conectividade:

5.3.1. A contratada deve fornecer a infraestrutura tecnológica necessária, incluindo estações de trabalho conectadas, impressoras laser e painéis de chamada de senhas;

5.3.2. Armazenamento de dados em servidor remoto seguro, com rotinas de backup automatizadas, garantindo alta disponibilidade e segurança das informações clínicas;

5.3.3. Fornecimento de smartphones para os ACS e implementação de infraestrutura de rede/conectividade mínima nos estabelecimentos de saúde atendidos.

5.4. Requisitos de Implementação, Treinamento e Suporte:

5.4.1. Realização de programas de treinamento para profissionais de saúde e equipes técnicas, visando a correta operação dos sistemas e a qualificação da entrada de dados.

5.4.2. Prestação de suporte contínuo para resolução de problemas operacionais de hardware e software, conforme níveis de serviço (SLAs) definidos;

5.4.3. O sistema deve fornecer painéis de indicadores em tempo real alinhados às metas do programa APS do Futuro (antigo Previne Brasil) para fins de financiamento federal.

5.5. Requisitos de Segurança e Conformidade Normativa:

5.5.1. A solução deve estar em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas do DATASUS/MS para o tráfego de informações de saúde.

5.5.2. É obrigatória a manutenção da integridade dos registros clínicos, evitando duplicidade de fichas e garantindo a coordenação do cuidado em toda a rede municipal.

5.6. Da Subcontratação

5.6.1. Não será admitida a subcontratação de nenhuma parcela do objeto desta contratação, devendo a licitante vencedora executar diretamente todas as etapas relativas à implantação, configuração, manutenção dos sistemas (e-SUS e SGH) e fornecimento da infraestrutura tecnológica associada.

5.6.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se nos seguintes pilares, em consonância com o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021:

- a) O objeto envolve o manuseio de dados de saúde altamente sensíveis de cidadãos do Município. A execução direta pela contratada garante o controle rigoroso sobre a cadeia de custódia da informação e a responsabilidade civil e administrativa direta em caso de incidentes de segurança;
- b) Trata-se de solução tecnológica, a fragmentação do objeto por meio de subcontratação poderia comprometer a interoperabilidade entre o e-SUS APS e o Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), dificultando a gestão de falhas e a apuração de responsabilidades técnicas;
- c) Os requisitos de qualificação técnica exigidos no certame são essenciais para assegurar que a empresa detém o *know-how* necessário para a modernização da rede de saúde, sendo a execução pessoal da contratada fator determinante para a qualidade e segurança do projeto.

5.6.3. A contratada responderá perante a Administração Municipal pela fiel e integral execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, não sendo aceita a transferência de obrigações a terceiros sob qualquer pretexto.

## 5.7. Garantia da contratação

5.7.1. Como condição para a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar garantia de execução equivalente a 2% (dois por cento) do valor total atualizado da contratação, em conformidade com o Art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação para a assinatura do instrumento contratual, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

5.7.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme previsto no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia (com cobertura mínima conforme regulamentação da SUSEP e da Lei 14.133/2021);
- c) Fiança bancária emitida por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

5.7.4. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e deverá cobrir:

- a) O prejuízo advindo do inadimplemento das obrigações contratuais;
- b) As multas punitivas aplicadas à contratada;
- c) Os danos diretos causados à Administração decorrentes da execução do objeto.

5.7.5. No caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia deverá ser renovada ou atualizada pela contratada na mesma proporção.

5.7.6. A garantia será liberada ou restituída após a execução satisfatória do contrato, verificada mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja pendências de multas ou indenizações devidas à Administração

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Após a emissão da nota de empenho fica(m) o(s) servidor(es) responsável(is) pelo gerenciamento do saldo até o esgotamento do mesmo.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato realizar-se-á sob o regime de execução indireta, mediante prestação de serviços contínuos com fornecimento de equipamentos (modelo as-a-service), visando a entrega de resultados mensuráveis de acordo com os indicadores de desempenho definidos.

6.6. A execução será dividida em etapas cronológicas para assegurar a continuidade dos serviços assistenciais:



- 6.6.1. Etapa de Mobilização e Planejamento (Até 15 dias): Realização de levantamento in loco em todas as unidades de saúde, validação da infraestrutura de rede existente e definição do plano de migração de dados (se aplicável).
- 6.6.2. Etapa de Configuração e Nuvem (Cloud): Ativação do ambiente de hospedagem em nuvem e configuração das instâncias do e-SUS PEC e do Sistema de Gestão Hospitalar (SGH).
- 6.6.3. Etapa de Entrega e Instalação de Hardware: Entrega técnica, instalação e configuração das Estações de Trabalho, Impressoras e Painéis de Senhas nos locais definidos no Termo de Referência.
- 6.6.4. Etapa de Capacitação e Treinamento: Realização de workshops e treinamentos práticos para as equipes multidisciplinares (médicos, enfermeiros, técnicos, recepcionistas e gestores).
- 6.6.5. Etapa de Operação Assistida (Go-Live): Acompanhamento presencial ou remoto intensivo nos primeiros dias de uso efetivo do sistema em ambiente real para correção de fluxos.
- 6.7. Metodologia de Prestação dos Serviços.
- 6.7.1. A contratada deve garantir a disponibilidade dos sistemas (SLA de disponibilidade) de no mínimo 99,5%, com monitorização 24/7.
- 6.7.2. As manutenções preventivas devem ocorrer semestralmente. As manutenções corretivas (substituição de peças ou equipamentos) devem respeitar os prazos de reparação (SLA de suporte) estabelecidos para não interromper o atendimento público.
- 6.7.3. A execução inclui a atualização obrigatória das versões do e-SUS conforme as notas técnicas publicadas pelo Ministério da Saúde/DATASUS.
- 6.8. Mecanismos de Comunicação e Gestão
- 6.8.1. A comunicação entre a Administração e a Contratada será formalizada através de sistema de chamados (Service Desk) e via correio eletrônico institucional.
- 6.8.2. Deverão ser realizadas reuniões mensais de acompanhamento para avaliação dos indicadores de desempenho e ajuste de cronogramas.
- 6.9. Em estrita observância ao Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento do objeto dar-se-á:
- 6.9.1. Recebimento Provisório: Pelo fiscal técnico, após a entrega de cada etapa ou relatório mensal de serviços, para verificação de conformidade.
- 6.9.2. Recebimento Definitivo: Pelo gestor do contrato, após a validação da conformidade técnica e operacional, no prazo máximo de [10] dias após o recebimento provisório.

## **7. DO MODELO E GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Da Fiscalização**

7.1.1. A gestão e a fiscalização da contratação serão realizadas por representantes da Administração especialmente designados, conforme as funções estabelecidas no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

### **7.2. Da Fiscalização Técnica**

7.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### 7.3. Da Fiscalização Administrativa

7.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### 7.4. Do Gestor do Contrato

7.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os

problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.5. A fiscalização será proativa e baseada em dados, utilizando-se dos seguintes instrumentos:

7.5.1. Acompanhamento de SLAs (Service Level Agreements): Verificação mensal dos indicadores de disponibilidade do sistema, tempo de resposta aos chamados e metas de produtividade.

7.5.2. Relatório Mensal de Execução: Documento apresentado pela contratada contendo o inventário atualizado dos equipamentos, lista de chamados técnicos encerrados e atualizações de software realizadas.

7.5.3. Vistorias In Loco: Visitas periódicas às Unidades Básicas de Saúde e Unidades Hospitalares para conferência física dos equipamentos e coleta de feedback dos profissionais de saúde.

7.6. Qualquer alteração na configuração dos sistemas ou substituição de hardware deve ser precedida de comunicação formal ao Fiscal Técnico.

7.7. A contratada deverá manter um Log de Eventos e atualizações, garantindo que o Município esteja sempre utilizando a versão mais recente e segura das plataformas de saúde.

7.8. Em caso de inadimplemento total ou parcial, o Gestor do Contrato deverá instaurar o processo sancionador previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo o contraditório e a ampla defesa, podendo aplicar:

- a) Advertência;
- b) Multa (conforme percentuais definidos no tópico de Penalidades);
- c) Impedimento de licitar e contratar.

## 8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. **Execução Integral:** Prestar os serviços de implantação, configuração e manutenção da solução (e-SUS e SGH) em estrita observância ao Termo de Referência e à sua proposta técnica.

8.1.2. **Manutenção de Hardware:** Substituir ou reparar, sem custos adicionais, equipamentos (computadores, impressoras e painéis) que apresentarem defeitos, dentro dos prazos de SLA estabelecidos.

8.1.3. **Atualização Tecnológica:** Garantir a atualização das versões do software e-SUS conforme as diretrizes do Ministério da Saúde/DATASUS, assegurando a compatibilidade com os sistemas nacionais.

8.1.4. **Treinamento:** Ministrando treinamentos teóricos e práticos às equipes de saúde, fornecendo manuais e materiais didáticos atualizados.

8.1.5. **Sigilo e LGPD:** Zelar pelo sigilo absoluto das informações de saúde dos cidadãos, adotando medidas técnicas de segurança para proteção de dados pessoais e sensíveis, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

8.1.6. **Continuidade do Serviço:** Manter a infraestrutura em nuvem ativa e segura, garantindo a disponibilidade necessária para o funcionamento 24/7 das unidades de urgência e emergência.

8.1.7. **Regularidade:** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.8. Comunicar a CONTRATANTE, de imediato, os motivos que impossibilitem o cumprimento da requisição/ordem de abastecimento, com a devida comprovação.

8.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, registradas pelo(a) fiscal do contrato.

8.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.1.12. Paralisar, por determinação do(a) CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

8.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas estabelecidas pelo CONTRATANTE.

8.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 8.2. Das Responsabilidades da CONTRATANTE

8.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2.2. Designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato para acompanhar e atestar a execução dos serviços.

8.2.3. Proporcionar o acesso dos técnicos da Contratada às dependências das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Hospitais, bem como aos equipamentos neles instalados.

8.2.4. Garantir as condições ambientais mínimas (instalações elétricas adequadas e segurança física) para a instalação dos equipamentos fornecidos pela contratada.

8.2.5. Fornecer os dados necessários para a configuração inicial dos sistemas e auxiliar na definição dos perfis de acesso dos usuários.

8.2.6. Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos acordados, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal técnico.

8.2.7. Comunicar à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer irregularidade, falha ou descumprimento de SLA verificado na prestação dos serviços.

8.2.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na legislação e no Contrato;

8.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.2.10. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. A medição dos serviços será mensal, baseada no modelo de "entrega de resultados" e disponibilidade da solução tecnológica, observando-se os seguintes parâmetros:

9.2. A medição será realizada por unidade de serviço/item mensal, conforme a relação de estabelecimentos de saúde efetivamente informatizados e operacionais;

9.3. O período de medição compreenderá o primeiro e o último dia de cada mês civil.;

9.4. A contratada deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, um relatório detalhando:

9.4.1. Índices de disponibilidade dos sistemas em nuvem (e-SUS e SGH);

9.4.2. Relatório de chamados técnicos e manutenções de hardware realizadas;



- 9.4.3. Comprovação da sincronização de dados com as bases do Ministério da Saúde (SISAB/RNDS);
- 9.4.4. Inventário atualizado dos ativos de hardware sob sua responsabilidade.
- 9.5. A medição não será apenas quantitativa, mas qualitativa. Caso os níveis mínimos de serviço (SLAs) de disponibilidade ou tempo de resposta não sejam atingidos, aplicar-se-ão glosas proporcionais ao pagamento mensal, conforme a tabela de indicadores deste Termo de Referência.
- 9.6. O fiscal do contrato, poderá rejeitar a parcela de execução do objeto, no todo ou em partes, nas seguintes hipóteses:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - b) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
  - c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 9.7. O pagamento será efetuado em conformidade com os artigos 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021, seguindo o rito abaixo:
- 9.7.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias (Art. 92, § 2º, inciso V), contados a partir do Recebimento Definitivo da nota fiscal, acompanhada do relatório de execução devidamente atestado pela fiscalização.
- 9.7.2. A Administração observará a ordem cronológica de pagamentos para cada fonte de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.7.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada acompanhada das provas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sob pena de retenção do pagamento até a regularização, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica,

cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7.4. Em caso de divergência sobre parte da fatura, a Administração deverá realizar o pagamento da parcela incontroversa no prazo regulamentar, para evitar o enriquecimento sem causa do ente público, conforme entendimento do TCU (Acórdão 1.508/2020 - Plenário) e Art. 143 da Lei 14.133/2021.

#### 9.8. Das Retenções e Glosas

9.8.1. **Glosas por Desempenho:** Se a solução (software ou hardware) permanecer indisponível além do limite tolerado no SLA, o valor mensal será glosado proporcionalmente ao período de interrupção, independentemente da aplicação de sanções administrativas.

9.8.2. **Indisponibilidade Crítica:** A falha na sincronização de dados que resulte em perda de recursos do programa APS do Futuro para o Município será considerada falha grave, sujeitando a contratada à reparação dos danos financeiros causados.

9.9. Caso ocorra atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pelo índice IPCA, desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo desembolso, em conformidade com o Art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 10.1. Modalidade e Critério de Julgamento

10.1.1. **Modalidade:** Pregão, na forma eletrônica, em conformidade com o Art. 28, inciso I, e Art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens e serviços comuns de tecnologia da informação.

10.1.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, sob o regime de execução por Preço Unitário (Lote Único).

10.1.3. A opção pelo Lote Único justifica-se pela necessidade de garantir a interoperabilidade absoluta entre os sistemas de software, a infraestrutura de nuvem e os ativos de hardware. A fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores geraria riscos técnicos de incompatibilidade, dificultando a apuração de responsabilidade em caso de falhas na sincronização de dados com o Ministério da Saúde (RNDS/SISAB).

### 10.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 10.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará

condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.2.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 10.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Graus emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tjpe.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.2.6. A exigência dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1,00 (um) fundamenta-se na necessidade de garantir que a contratada possua situação financeira equilibrada.

- a) O índice 1,00 representa o ponto de equilíbrio onde os ativos se equivalem aos passivos.
- b) Valores inferiores a este patamar sinalizam um patrimônio líquido comprometido ou insuficiência de recursos para honrar compromissos de curto e longo prazo, o que elevaria o risco de inadimplência contratual, atrasos em pagamentos de encargos trabalhistas e

eventual abandono do objeto, em prejuízo ao interesse público e à continuidade dos serviços essenciais desta Administração.

10.2.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.2.8. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.2.9. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

10.2.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.2.11. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 10.2.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Capacidade Técnico-Operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, objeto compatível com a presente contratação, envolvendo:

- a) Implantação e manutenção de sistemas de gestão em saúde (e-SUS APS e/ou Gestão Hospitalar);
- b) Fornecimento e manutenção de infraestrutura de hardware (computadores e periféricos);
- c) Serviços de hospedagem em nuvem (Cloud Computing)

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Declaração de que o sistema ofertado atende integralmente aos requisitos de integração do Ministério da Saúde e que permite a extração de dados para faturamento e indicadores do programa APS do Futuro.

Conforme Art. 63, § 2º da Lei 14.133/2021, os licitantes poderão realizar vistoria técnica nas unidades de saúde de Rio Formoso-PE para avaliar as condições de instalação. Caso optem por não realizar, deverão apresentar declaração formal de que possuem pleno conhecimento das condições locais e da natureza do objeto.

#### 10.2.13. Critérios de Desempate

- a) Empresa que apresente desenvolvimento de tecnologia nacional;
- b) Empresa que comprove práticas de mitigação de danos ambientais (Sustentabilidade);
- c) Empresa que comprove políticas de equidade e inclusão no ambiente de trabalho.



### 10.3. Prova de Conceito (PoC) ou Demonstração Técnica

10.3.1. A Administração reserva-se o direito de exigir do licitante classificado em primeiro lugar a realização de uma Demonstração Técnica ou Prova de Conceito (PoC) dos sistemas (e-SUS e SGH).

10.3.2. Objetivo: Validar se a interface e as funcionalidades de integração com a base do DATASUS atendem aos requisitos mínimos descritos no Termo de Referência.

10.3.3. Convocação: Após a fase de lances e negociação, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a PoC em até 05 (cinco) dias úteis.

10.3.4. Local: A demonstração poderá ser realizada de forma presencial nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde ou de forma remota (via videoconferência), desde que permita a interação em tempo real e a visualização clara das funcionalidades.

10.3.5. Ambiente: A empresa deverá disponibilizar um ambiente de teste (sandbox) com dados fictícios que simulem a operação real de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e de uma Unidade Hospitalar.

10.4. Requisitos de Software a Comprovar (e-SUS e SGH) A licitante deverá demonstrar, obrigatoriamente, as seguintes funcionalidades mínimas:

10.4.1. Abertura de prontuário eletrônico individualizado por CPF/CNS.

- a) Registro de atendimento clínico, odontológico e de enfermagem (SOAP).
- b) Geração de relatórios de indicadores do Programa APS do Futuro (ex: acompanhamento de gestantes, hipertensos e diabéticos).
- c) Capacidade de exportação de arquivos para o SISAB sem erros de validação.

10.4.2. Módulo de Gestão Hospitalar (SGH):

- a) Fluxo de acolhimento com classificação de risco (Protocolo de Manchester ou similar).
- b) Gestão de mapas de leitos e controle de internação.
- c) Emissão de guias de AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e BPA (Boletim de Produção Ambulatorial).

10.4.3. Interoperabilidade:

- a) Integração nativa entre os dados da Atenção Primária e o ambiente hospitalar (coordenação do cuidado).
- b) Demonstração de integração/comunicação com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS).

10.4.4. Requisitos de Infraestrutura e Integração de Hardware

- a) Acesso em Nuvem: Demonstração de acesso seguro via navegador ou aplicação dedicada, comprovando a hospedagem em ambiente Cloud com tempos de resposta (latência) adequados.

10.4.5. Interface de Hardware:

- a) Simulação do funcionamento do Painel de Chamada de Senhas integrado ao fluxo de recepção do software.
- b) Configuração de impressão remota de receituários e requisições de exames.
- c) Segurança (LGPD): Demonstração dos níveis de permissão de acesso (perfis de usuários) e trilhas de auditoria (quem acessou o quê e quando).

#### 10.5. Critérios de Avaliação e Resultado

- a) A PoC será acompanhada por uma Comissão Técnica composta pelo Fiscal Técnico e representantes da Secretaria de Saúde.
- b) A avaliação será do tipo "Apto" ou "Inepto".
- c) A falha na demonstração de itens considerados críticos (especialmente integração com Ministério da Saúde e faturamento) resultará na desclassificação da licitante e convocação da próxima classificada.
- d) Ao final, será lavrada ata detalhando todos os pontos testados, as eventuais falhas observadas e o parecer final da comissão.

10.6. Considerando o fornecimento de hardware (computadores e impressoras), a seleção observará critérios de sustentabilidade ambiental, como:

- a) Equipamentos com certificação de baixo consumo de energia;
- b) Comprovação de logística reversa para o descarte de componentes eletrônicos e toners ao final do ciclo de vida ou do contrato.

### 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida mediante a utilização de parâmetros combinados, priorizando-se fontes de dados públicos para garantir a economicidade e evitar sobrepreços, conforme a seguinte ordem de prioridade (Art. 23, § 1º da Lei 14.133/2021):

11.1.2. Painel de Preços e PNCP: Consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal), com adjudicação nos últimos 12 (doze) meses.

11.1.3. Contratações Correlatas (TCE/PE): Análise de contratos vigentes em municípios de porte semelhante no Estado de Pernambuco, observando-se a realidade regional e os custos logísticos.

11.1.4. Pesquisa Direta com Fornecedores: Solicitação de orçamentos a empresas do ramo, utilizada de forma subsidiária, servindo como balizador para itens específicos de tecnologia (Cloud e SGH).

11.1.5. Sistema Banco de Preços, disponível em < <https://www.bancodeprecos.com.br/>>

11.2. Para a definição do preço estimado, a Administração adotará o método da Média ou Mediana dos valores obtidos, após o devido "Saneamento de Preços":

11.2.1. Serão desconsiderados os preços excessivamente baixos (inexequíveis) ou injustificadamente elevados (acima da média de mercado), conforme recomendação do TCE/PE, para não distorcer a estimativa real.

11.2.2. A pesquisa será considerada válida quando apresentar homogeneidade, evitando-se a aceitação de orçamentos com dispersão superior a 25% entre si sem a devida justificativa técnica.

11.2.3. O levantamento de mercado realizado no ETP demonstrou que a solução integrada (Lote Único) é a que melhor atende ao interesse público por:

- a) **Viabilidade Tecnológica:** Existência de diversas empresas capazes de fornecer o e-SUS integrado ao SGH em modelo de nuvem.
- b) **Economia de Escala:** O agrupamento de hardware e software reduz o custo fixo de mobilização e suporte técnico local em Rio Formoso-PE.

### 11.3. Planilha Estimativa de Custos

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QTD MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	10	R\$ 89,90	R\$ 899,00	R\$ 10.788,00
2	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	1	R\$ 300,52	R\$ 300,52	R\$ 3.606,24
3	<b>Estação de Trabalho Conectada</b> – Compreende equipamentos notebook em comodato, incluindo mouse, conectados ao servidor e à internet, com licença de uso e/ou acesso aos sistemas das Unidades de Saúde.	SERVIÇO	70	R\$ 233,67	R\$ 16.356,90	R\$ 196.282,80
4	<b>Painel de Chamada</b> – Compreende software e hardware (TV e equipamentos) para chamada eletrônica do público nas Unidades de Saúde	UNIDADE	10	R\$ 313,17	R\$ 3.131,70	R\$ 37.580,40
5	<b>Comodato de impressoras</b> – Serviço de Impressão multifuncional monocromática.	UNIDADE	30	R\$ 95,00	R\$ 2.850,00	R\$ 34.200,00
6	<b>Suporte ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS)</b> – Compreende suporte técnico às equipes de saúde para uso do Prontuário Eletrônico na APS e na MAC	SERVIÇO	10	R\$ 926,67	R\$ 9.266,70	R\$ 111.200,00
7	<b>Sistema de Monitoramento e análise de dados PEC-MS</b> –Compreende o fornecimento de licença de uso de 8 sistemas para monitoramento, (Business Intelligence) e análise de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS e MAC)	SERVIÇO	10	R\$ 569,29	R\$ 5.692,90	R\$ 68.314,80
8	<b>Implantação de Infraestrutura Tecnológica nos Estabelecimentos de Saúde</b>	SERVIÇO (ÚNICO)	10	R\$ 108,42	R\$ 1.084,50	R\$ 10.845,00
9	<b>Capacitação de equipes de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) E MAC</b> – Compreende o processo de capacitação dos profissionais das equipes de saúde da APS/MAC para uso das soluções.	SERVIÇO (ÚNICO)	10	R\$ 945,42	R\$ 9.454,20	R\$ 94.542,00
10	<b>Tablets</b> com aplicativo para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a	UNIDADE	52	R\$ 119,92	R\$ 6.235,84	R\$ 74.830,08

	Endemias (ACE) – Compreende tablet em comodato, com conexão wi-fi, com aplicativo eSUS AB Território para registro georreferenciado das ações realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).					
11	<b>Implantação e Suporte Continuado da CENTRAL DE REGULACAO MUNICIPAL,</b> integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1	R\$ 2.305,59	<b>R\$ 2.305,59</b>	<b>R\$ 27.667,08</b>
12	Sistema Automatizado de Marcação/Agendamento de Consultas na APS via Aplicativo de Mensagens com alerta e avisos.	SERVIÇO	10	R\$ 570,69	<b>R\$ 570,69</b>	<b>R\$ 6.848,28</b>
13	Sistema de Extração Automatizada de BPA-i, BPA-c e RASS, das produções da Média Complexidade.	SERVIÇO	1	R\$ 1.249,14	<b>R\$ 1.249,14</b>	<b>R\$ 14.989,68</b>
14	Sistema de Integração eSUS PEC / SISREG / ESUS REGULACAO, para agendamento automatizado dos encaminhamentos APS/MAC	SERVIÇO	1	R\$ 989,36	<b>R\$ 989,36</b>	<b>R\$ 11.872,32</b>
15	Sistema de Mineração de Dados das <b>PRODUCOES MAC</b> , através de dados obtidos pelo <b>TABWIN/DATASUS</b>	SERVIÇO	1	<b>R\$ 806,04</b>	<b>R\$ 806,04</b>	<b>R\$ 9.672,48</b>
16	Sistema de Dispensação Farmacêutica integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1	<b>R\$ 805,70</b>	<b>R\$ 805,70</b>	<b>R\$ 9.668,40</b>
17	Sistema de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1	<b>R\$ 1.373,75</b>	<b>R\$ 1.373,75</b>	<b>R\$ 16.485,00</b>
18	Implantação da infraestrutura para uso do sistema Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO (ÚNICO)	1	<b>R\$ 1.289,89</b>	<b>R\$ 1.289,89</b>	<b>R\$ 1.289,00</b>
<b>TOTAL - MENSAL</b>					<b>R\$64.662,42</b>	
<b>TOTAL - ANUAL</b>						<b>R\$740.682,85</b>

11.4.O custo estimado total da contratação é de R\$ 740.682,85 (Setecentos e quarenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11.5.Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, conforme definido no Edital)

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.6.Somente após decorridos 12 (doze) meses deste marco temporal é que poderá haver a aplicação do reajuste, em estrita observância ao Art. 135, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.7.O índice adotado para o reajuste dos preços será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, por ser o índice oficial de inflação do país e melhor refletir a variação de custos de serviços e bens de tecnologia.

11.7.1. Da Fórmula de Cálculo O cálculo do reajustamento obedecerá à seguinte fórmula matemática:

$$R = V \times (I_o - I) / I_o$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

$I_o$  = Índice inicial (referente à data do orçamento ou da proposta);

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

#### 11.8. Dos Procedimentos para Concessão

11.8.1. O reajuste não é automático por decurso de prazo no sistema de pagamentos; ele deve ser formalmente solicitado pela Contratada ou aplicado de ofício pela Administração após a verificação do direito.

11.8.2. O reajuste de preços (por índice) será formalizado por meio de Apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme o Art. 136, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

11.8.3. Caso o apostilamento ocorra após a data de aniversário do contrato, os efeitos financeiros retroagirão à data em que o direito foi adquirido (data-base).

#### 11.9. Das Exceções e Revisão (Reequilíbrio)

11.9.1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, serão tratados via Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão), mediante prova documental do desequilíbrio, independente do prazo de 12 meses (Art. 124, inciso II, alínea "d").

## 12. MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

12.1. Os riscos são classificados cruzando a probabilidade de ocorrência e o impacto nos resultados (financeiro, assistencial ou jurídico).

Evento de Risco	Prob.	Imp.	Ação Preventiva (Mitigação)	Plano de Contingência
Incompatibilidade de Integração: O SGH e o e-SUS não sincronizam dados corretamente.	Média	Muito Alto	Exigência de Prova de Conceito (PoC) antes da contratação definitiva.	Exigência de correção imediata sob pena de glosa contratual e uso de suporte manual.
Falha na Conectividade: Queda do sinal de internet impossibilitando o acesso à Nuvem.	Alta	Alto	Exigência de infraestrutura de rede robusta e, se possível, redundância de link.	Implementação de modo de contingência offline ou registro em formulários para posterior inserção.
Resistência das Equipes (Fator Humano): Profissionais não utilizam o prontuário eletrônico.	Alta	Médio	Programa intensivo de treinamento e monitoramento de indicadores de uso.	Ações de sensibilização da gestão e vinculação do uso às metas de produtividade.
Atraso na Reposição de Hardware: Computador ou impressora quebrada em unidade crítica.	Média	Alto	SLA de manutenção corretiva rigoroso com prazos curtos (ex: 24h a 48h).	Manutenção de um estoque mínimo de reserva (back-up) no município.
Perda de Recursos Federais: Dados não	Baixa	Muito Alto	Auditoria mensal obrigatória nos logs de envio para o Ministério da Saúde.	Responsabilização civil da contratada pelos



chegam ao SISAB por erro técnico.				danos financeiros causados ao erário.
Incidente de Segurança (LGPD): Vazamento de dados sensíveis de pacientes.	Baixa	Muito Alto	Criptografia de dados, controle de níveis de acesso e auditoria de sistema.	Plano de resposta a incidentes (notificação à ANPD) e aplicação de sanções graves.

12.2. Revisão Periódica: O Mapa de Riscos deve ser revisado semestralmente pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, adequando-o à realidade da execução técnica.

12.3. Comunicação de Riscos: A Contratada tem o dever de informar à Administração, em até 24 horas, qualquer evento que possa evoluir para um risco crítico.

12.4. Gestão de Riscos Durante a Execução

- a) **Riscos da Contratada:** Inovações tecnológicas necessárias, oscilações de preços de hardware, manutenção da estabilidade do sistema e segurança cibernética.
- b) **Riscos da Administração:** Definição correta dos fluxos de atendimento, infraestrutura elétrica física das unidades e fornecimento de insumos (papel, energia).

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas para aquisição dos materiais decorrentes da presente licitação correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

SECRETARIA/ÓRGÃO	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
<b>02.15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	<b>1012202102.084 -</b> Gestão Técnica e Administrativa do FMS	<b>33903900 –</b> Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

### 14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Disposições Gerais

14.1.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, ou a execução em desacordo com as especificações técnicas, sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Tipos de Sanções

14.2.1. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

- a) **Advertência:** Para faltas leves que não comprometam a prestação do serviço.
- b) **Multa:** Aplicada por atrasos ou descumprimentos de SLAs (conforme detalhado abaixo).
- c) **Impedimento de Licitar e Contratar:** Por prazo de até 3 (três) anos.

d) **Declaração de Inidoneidade:** Por prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

#### 14.3. Detalhamento das Multas por Riscos Concretizados

14.3.1. As multas serão calculadas sobre o valor mensal do contrato ou sobre o valor do item inadimplido, conforme a gravidade do risco concretizado por culpa da empresa:

Evento de Risco / Infração	Penalidade Específica (Multa)	Base de Cálculo
<b>Atraso na Implantação:</b> Não entrega do sistema/hardware nos prazos do cronograma.	<b>0,5% por dia de atraso</b> , limitado a 10% do valor do lote.	Valor Total do Lote
<b>Indisponibilidade do Sistema (SLA):</b> Sistema e-SUS ou SGH fora do ar acima do limite de 0,5% mensal.	1% por hora de indisponibilidade que exceder o SLA.	Valor da Parcela Mensal
<b>Falha na Sincronização (SISAB):</b> Não envio dos dados ao Ministério da Saúde por erro técnico.	Indenização do Valor Perdido + Multa de 5%.	Valor do Repasse Federal Mensal (APS do Futuro)
<b>Atraso na Manutenção de Hardware:</b> Não reparo ou substituição de equipamentos no prazo de SLA.	<b>R\$ 500,00 por dia de atraso</b> por equipamento inoperante.	Valor Fixo por Item/Dia
<b>Incidente de Segurança (LGPD):</b> Vazamento de dados ou acesso não autorizado por falha de segurança.	20% do valor total do contrato + sanções da ANPD.	Valor Global Atualizado
<b>Recusa na Atualização:</b> Não atualização das versões do e-SUS conforme notas técnicas do DATASUS.	<b>2% por ocorrência</b> , sem prejuízo da suspensão do pagamento.	Valor da Parcela Mensal

#### 14.4. Procedimento de Aplicação

14.4.1. **Glosa de Faturamento:** As multas poderão ser descontadas diretamente das faturas mensais de pagamento, após a notificação prévia da contratada.

14.4.2. **Cumulação:** A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda o contrato unilateralmente caso a somatória das multas atinja o limite de **10%** do valor total do contrato.

14.4.3. **Defesa Prévia:** Em qualquer hipótese de aplicação de sanção, será concedido à Contratada o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021.

#### 14.5. Reabilitação

14.5.1. A empresa sancionada com impedimento ou inidoneidade poderá requerer a reabilitação após decorrido o prazo mínimo e mediante o ressarcimento integral dos prejuízos causados e o pagamento das multas aplicadas.



Rio Formoso (PE), 28 de janeiro de 2026.

---

**Emerson Frederico Moura Marrocos**  
Assessor Administrativo